EDITORIAL

A Faculdade de Direito do Centro Universitário Metodista IPA, através da Coordenação do curso, dos editores do periódico e da Editora Universitária do IPA, divulga à comunidade jurídica e acadêmica a edição do volume inaugural da Revista *Justiça & Sociedade*. Nesta primeira nota editorial, convém uma breve apresentação dos elementos estruturais e dos objetivos institucionais da Revista, para além da exposição temática introdutória dos artigos que compõem a presente edição.

A Revista *Justiça & Sociedade* tem como escopo principal divulgar as atividades acadêmicas e de pesquisa na área do Direito, com enfoque transversal na *teoria dos direitos fundamentais*. Por meio deste veículo de comunicação científica, objetivamos, precipuamente, divulgar os resultados das pesquisas jurídicas e de interesse profissional sobre os mais diversos temas do Direito Público e do Direito Privado, mediante a contribuição científica de professores e pesquisadores de graduação e pós-graduação, *lato e stricto sensu*, assim como de advogados, promotores e juízes, de modo a consolidar a Faculdade de Direito do IPA como centro de produção de pesquisa acadêmica na área jurídica.

Os artigos científicos publicados na Revista *Justiça & Sociedade* são rigorosamente atrelados às linhas de pesquisa e áreas de concentração do curso de Direito do Centro Universitário Metodista IPA, previstas no Projeto Pedagógico do Curso, abordando temas de relevância para o Direito e para a sociedade de uma forma geral. Em termos estruturais, o periódico contém três seções internas, a saber i) artigos, preferencialmente

inéditos, de caráter doutrinário e científico, redigidos em língua portuguesa, espanhola ou inglesa; ii) Resenhas de livros, comentários de jurisprudência, nacional e internacional, bem como traduções de textos estrangeiros; iii) monografias de graduação e especialização. A periodicidade será semestral, e a publicação, por ora, exclusivamente eletrônica, acessível no portal de periódicos da Editora Metodista – IPA.

Nesta edição inaugural, temos a honra de contar com importantes textos acadêmicos de variadas áreas do saber jurídico. Inicialmente, o prof. Dr. André Luiz Olivier da Silva aborda, desde uma perspectiva filosófica e transdisciplinar, a problemática da titularidade dos direitos humanos, utilizando, para tanto, e de forma inovadora, uma crítica à dogmática jurídica tradicional do sistema legal, consubstanciada na metáfora do *título ao portador*. O artigo intitulado *Os direitos humanos enquanto exigências e reivindicações mútuas: o caso das liberdades individuais* busca, inicialmente, definir, pela dogmática tradicional, o fenômeno da reivindicação por direitos com base no chamado título ao portador, identificando óbices quanto à garantia estritamente legal de Direito. Após, Olivier traça uma visão crítica à dogmática tradicional, mostrando que o nível de juridicidade e exigibilidade dos direitos humanos não pode ficar única e exclusivamente adstrito à previsão do sistema legal positivo.

Na sequência, sob o título *Sentença e Processo de Conhecimento no Direito Civil do Estado Social Contemporâneo: Reflexões de Processo e Direito Civil-Constitucional*, os professores doutores Marco Félix Jobim e Ricardo Aronne nos fornecem um texto sobre tema de direito processual, que compreende a instigante e sempre atual problemática da fundamentação das decisões judiciais, mormente no contexto de entrada em vigor de um novo código de processo civil (Lei 13.105/15). É de se referir, por oportuno, que o devido processo legal, a fundamentação das decisões judiciais e os demais direitos fundamentais de caráter judicial são

limites constitucionais à atuação do Estado, e que reportam, em última análise, à defesa da própria esfera autônoma da liberdade individual das pessoas e ao livre desenvolvimento da personalidade. Apesar de consagrado como direito e dever fundamental (art. 93, inc. IX da CF/88), a motivação das decisões advindas do Poder Judiciário é abordada de forma *sui generis* pelos autores, pondo a lume a questão da certeza nas decisões dos magistrados, e perquerindo o(s) melhor(es) caminho(s) metodológico(s) e constitucionalmente adequado a alcançá-la.

O terceiro artigo que compõe a presente edição é de autoria do prof. Dr. Ricardo Timm de Souza, e aborda tema de repercussão filosófica sobre a razão “ardilosa” como mecanismo de violência e dominação ideológica na sociedade atual. Sob o título *O Nervo Exposto - Para Uma Crítica da Razão Ardilosa desde a Racionalidade Ética*, o Prof. Ricardo destaca, desde uma perspectiva crítica, o *modus operandi* da razão vigente de nossa época. A profa. Me. Amanda Thomé, com o texto intitulado *Vinculação de Receita Mínima para a Satisfação do Direito à Educação – Dirigismo Constitucional e Dever de Progressividade* propõe-se a discutir em que termos a vinculação de receita mínima para a satisfação do direito à educação, na quadra do artigo 212 da Constituição Federal, não converge para um descompromisso estatal em face do dever de progressividade, ínsito aos direitos sociais, na medida em que a observância do mínimo, no âmbito dos entes federativos, tem o condão de efetivar a tarefa constitucional, renunciando a premissa do que é acobertado sob a rubrica de dirigismo constitucional, qual seja a conferência da máxima eficácia e efetividade dos direitos fundamentais.

O prof. Rogério Rammê, em parceria com a acadêmica de Direito do IPA Carolina Zalazar, produz um artigo que tem como objetivo a análise do conteúdo normativo do direito socioambiental a partir das perspectivas da justiça ambiental e do socioambientalismo. Analisa ainda, o direito socioambiental na

perspectiva constitucional, identificando um sistema de direitos e deveres fundamentais de natureza coletiva ou difusa, fundados na multiétnicidade e no pluralismo. Já a contribuição da profa. Fernanda Borghetti Cantali, em coautoria com a advogada Aline Woltz Gueno, intitulada *A Desconsideração da Personalidade Jurídica para a Responsabilização Patrimonial de ex-sócio*, versa sobre os limites e possibilidades, na perspectiva judicial, da extensão da responsabilidade de ex-sócio quando do uso abusivo e fraudulento de pessoa jurídica. O Prof. Almiro Eduardo de Almeida, em coautoria com o acadêmico de Direito do IPA Kleber Correa da Silveira, expõe, em artigo intitulado *Programa de Proteção ao Emprego: cinquenta anos depois a história se repete*, a problemática da redução de direitos trabalhistas por alteração recente da legislação, especialmente face à dogmática constitucional brasileira.

O Ensino Jurídico como Importante Ferramenta de Efetivação dos Direitos Fundamentais é o texto elaborado pelo prof. Me. Alexandre Torres Petry. O artigo analisa o ensino jurídico a partir da perspectiva dos direitos fundamentais, corroborando que tais têm papel central no Direito e, por isso, devem ser fomentados. Neste contexto, o autor aborda o papel do ensino jurídico, o qual deve estar voltado para a mudança social através de uma formação humanística. Os professores Celso Rodrigues e Caroline Santos de Viera, com o texto *Os Direitos Fundamentais e o Banco de Dados Genético – Estratégias do Biopoder no Estado de Direito*, revelam a violação de direitos fundamentais na identificação do perfil genético do condenado, especialmente face as novas regulamentações legislativas.

Sobre o novo Código de Ética Profissional da Advocacia, recentemente aprovado no Brasil, o prof. Italo Roberto Fuhrmann expõe as principais novidades trazidas pelo Conselho Federal da OAB no artigo *O Novo Código de Ética e Disciplina da OAB, de 04 de novembro de 2015 - Reflexões sobre a nova Regulamentação*

Ética da Advocacia no Brasil. Na sequência, o texto elaborado pela advogada Daiane Pereira Araújo e pelo prof. Marcus Vinícius Dellavalle Dutra intitulado *Testamento Vital – Considerações sobre a sua (Im)possibilidade no Brasil* busca identificar a condição jurídica do testamento vital à luz do sistema jurídico civil e constitucional. Concluindo esta primeira edição, contamos com a monografia da acadêmica do curso de Direito do IPA Luísa da Rosa Moccellini, intitulada *Quem ganha (e quem perde) com a terceirização?*, abordando aspectos atinentes à possível redução de direitos trabalhistas por meio de alteração legislativa.

Finalizando esta breve apresentação geral do conteúdo temático da primeira edição da Revista *Justiça & Sociedade*, convidamos a todos interessados à leitura e reflexão!

Editores

Prof. Me. Italo Roberto Fuhrmann
Profa. Me. Fernanda Borghetti Cantali

Coordenadora do Curso de Direito - IPA
Prof. Dra. Vanessa Chiari Gonçalves